

Horário	Nível de ensino	Número de horas
NAM 03	2.º, 3.ºCEB/SEC	22
NAM 04	2.º, 3.ºCEB/SEC	22
NAM 05	2.º, 3.ºCEB/SEC	22
<i>Total de horas</i>		109

Suazilândia — Ano escolar de 2010		
Horário	Nível de ensino	Número de horas
SWZ 01	2.º, 3.ºCEB/SEC	22
SWZ 02	1.º CEB	22
<i>Total de horas</i>		44

ANEXO II

Horários a colocar a concurso para o ano escolar de 2010

1 — República da África do Sul — Ano escolar de 2010

Horários	Localidade	Escola	Nível de ensino	Horas lectivas semanais	Área consular	Língua
JOA 02	Joanesburgo	Bedfordview PS	1.º CEB	22	Joanesburgo	Inglês.
JOA 03	Joanesburgo	Charterhouse School	1.º CEB	22	Joanesburgo	Inglês.
JOA 15	Nelspruit	Metropolitan College	2.º, 3.ºCEB/SEC	20	Joanesburgo	Inglês.
JOA 16	Nelspruit	Nelspruit Private College	2.º, 3.ºCEB/SEC	20	Joanesburgo	Inglês.
JOA 19	Vanderbijlpark	Emfuleni Park	2.º CEB	22	Joanesburgo	Inglês.
JOA 20	Klerksdorp	Klerksdorp PS	2.º CEB	22	Joanesburgo	Inglês.
JOA 25	Joanesburgo	Montessori Bedfordview	Pré-escolar	22	Joanesburgo	Inglês.
CAB 02	Cidade do Cabo	Holy Cross Convent School	1.º CEB	22	Cabo	Inglês.
CAB 03	Cidade do Cabo	St. Joseph's Marist School	2.º, 3.ºCEB/SEC	20	Cabo	Inglês.
CAB 04	Cidade do Cabo	CBC St John's HS	2.º, 3.ºCEB/SEC	20	Cabo	Inglês.
DUR 02	Pietermaritzburg	Hilton College	2.º, 3.ºCEB/SEC	20	Durban	Inglês.
DUR 06	Durban	Maris Stella School	1.º CEB	22	Durban	Inglês.

Nota. — Para cada horário apenas se identifica o nome e a localidade da primeira escola.

2 — Namíbia — Ano escolar de 2010

Horários	Localidade	Escolas	Nível de ensino	Horas lectivas semanais	Área consular	Língua
NAM 01	Windhoek	Windhoek Int. School	2.º, 3.ºCEB/SEC	22	Namíbia	Inglês.
NAM 05	Windhoek	Centro Diogo Cão	2.º, 3.ºCEB/SEC	22	Namíbia	Inglês.

Nota. — Para cada horário apenas se identifica o nome e a localidade da primeira escola.

3 — Suazilândia — Ano escolar de 2010

Horários	Localidade	Escolas	Nível de ensino	Horas lectivas semanais	Área consular	Língua
SWZ 02	Mbabane	St. Marks College	1.º CEB	22	Mbabane	Inglês.

Nota. — Para cada horário apenas se identifica o nome e a localidade da primeira escola.

ANEXO III

Número de horas destinadas ao exercício das funções de apoio pedagógico

Ano escolar de 2010

Países	Número de horas
República da África do Sul	42
<i>Total</i>	42

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICAGabinete do Secretário de Estado
da Administração Pública

Despacho n.º 2/2010

Nos termos e ao abrigo do n.º 1 do artigo 2.º e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Maria do Rosário Mendes de Abreu Oliveira, assistente técnica da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, para exercer funções de secretária pessoal no meu gabinete, em regime de comissão de serviço, mediante cedência de interesse público.

O presente despacho produz efeitos a partir de 31 de Outubro, inclusive.

3 de Novembro de 2009. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Gonçalo André Castilho dos Santos*.

202719019

Despacho n.º 3/2010

Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o licenciado Luís Henrique Robalo Faustino, técnico superior da Câmara Municipal de Lisboa, para exercer funções de assessor no meu gabinete, para todos os efeitos equiparado a adjunto, em regime de comissão de serviço, em cedência de interesse público.

O presente despacho produz efeitos a partir de 31 de Outubro, inclusive.

3 de Novembro de 2009. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Gonçalo André Castilho dos Santos*.

202718647

Despacho n.º 4/2010

Ao abrigo, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino que a assistente operacional da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública Lucília Afonso Fernandes Leal seja afectada ao meu gabinete, em cedência de interesse público, sem suspensão do estatuto de origem, sendo a sua remuneração paga pelo seu órgão ou serviço de origem.

O presente despacho produz efeitos a partir de 31 de Outubro, inclusive.

3 de Novembro de 2009. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Gonçalo André Castilho dos Santos*.

202718558

Despacho n.º 5/2010

Ao abrigo, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino que o assistente operacional da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública José Francisco Vaz Godinho seja afectado ao meu gabinete, em cedência de interesse público, sem suspensão do estatuto de origem, sendo a sua remuneração paga pelo seu órgão ou serviço de origem.

O presente despacho produz efeitos a partir de 31 de Outubro, inclusive.

3 de Novembro de 2009. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Gonçalo André Castilho dos Santos*.

202718444

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 6/2010

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino que o assistente operacional Manuel da Silva Almeida seja afectado ao meu gabinete, através de cedência de interesse público, sem suspensão do estatuto de origem, sendo a respectiva remuneração paga pelo serviço de origem.

2 — O presente despacho produz efeitos a 26 de Outubro de 2009.

13 de Novembro de 2009. — O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

202718493

Despacho n.º 7/2010

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino que o assistente operacional José Firmino Pereira de Matos seja afectado ao meu gabinete, para exercer funções de motorista, através de cedência de interesse público, sem suspensão do estatuto de origem, sendo a respectiva remuneração paga pelo serviço de origem.

2 — O presente despacho produz efeitos a 26 de Outubro de 2009.

13 de Novembro de 2009. — O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

202718258

Despacho n.º 8/2010

De acordo com o disposto na alínea *h*) do n.º 1 do artigo 25.º do estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que operou a sua republicação, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, com o início do mandato do XVIII Governo Constitucional cessam automaticamente as comissões de serviço dos titulares dos cargos dirigentes e, desde logo, dos cargos de direcção superior de 2.º grau dos diversos serviços integrantes do Ministério da Defesa Nacional, com as excepções previstas nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 25.º em apreço. Não obstante e tendo em conta o estatuto no n.º 2 do artigo 24.º do estatuto do pessoal dirigente, a renovação daquelas comissões de serviço pode ter lugar por confirmação do membro do Governo competente, no prazo máximo de 45 dias após a respectiva posse. Pelo presente despacho, procede-se, pois, à renovação por confirmação de comissões de serviço do pessoal dirigente titular de cargo de direcção superior de 2.º grau dos serviços e organismos do Ministério da Defesa Nacional, que se encontravam em curso à data do início daquele mandato e respeitantes aos titulares que se pretende que continuem a exercer as suas funções até o termo da comissão de serviço vigente.

Assim, determina-se:

1 — Ao abrigo e nos termos conjugados do disposto no n.ºs 3 e 5 do artigo 19.º, no n.º 2 do artigo 24.º e na alínea *h*) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que operou a sua republicação, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, são renovadas por confirmação as comissões de serviço dos seguintes titulares de cargos de direcção superior de 2.º grau dos serviços do Ministério da Defesa Nacional, até ao termo do triénio respectivo:

Major-general Mário Rui Correia Gomes, nomeado em comissão de serviço no cargo de subdirector-geral da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional, nos termos do despacho n.º 3673/2007, de 12 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 43, de 1 de Março de 2007;

Major-general Aníbal Alves Flambó, nomeado em comissão de serviço no cargo de subdirector-geral da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, nos termos do despacho n.º 14 206/2009, de 17 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 24 de Junho; e

Coronel de administração militar Luís Augusto Vieira, nomeado em comissão de serviço no cargo de subdirector-geral da Polícia Judiciária Militar, nos termos do despacho n.º 15 856/2009, de 2 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 133, de 13 de Julho de 2009.

2 — O presente despacho produz efeitos a 26 de Outubro de 2009.

10 de Dezembro de 2009. — O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

202718752

MARINHA

Superintendência dos Serviços do Pessoal

Direcção do Serviço de Pessoal

Repartição de Militarizados e Civis

Despacho (extracto) n.º 9/2010

Por despacho de 10 de Dezembro de 2009 do contra-almirante director do Serviço de Pessoal, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal:

Nuno António de Deus Rosado, celebrado contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, por ocorrer alteração da situação jurídico-funcional motivada pela mudança de nível, nos termos do n.º 3 do artigo 17.º da lei preambular do RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, na categoria de especialista de informática do grau 1, nível 3, da carreira de especialista de informática do Mapa de Pessoal Civil da Marinha, ficando posicionado no escalão 1, índice 540.

21 de Dezembro de 2009. — O Chefe da Repartição de Militarizados e Civis, *Emanuel José de Pinto e Lobo*, capitão-de-mar-e-guerra.

202717586